

BJIR

Brazilian Journal of International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 11 | edição nº 2 | 2022

Apresentação

*Camilla Silva Geraldello e
Marcelo Fernandes de Oliveira*



APRESENTAÇÃO

Marcelo Fernandes de Oliveira¹; Camilla Silva Geraldello²

É com grande satisfação que publicamos o 2º número do 11º volume da *Brazilian Journal of International Relations* (BJIR). Este número era para ser publicado em agosto de 2022. Contudo, como dissemos na Apresentação ao 1º número do 11º volume da BJIR, enfrentamos diversos percalços. Mas, felizmente, ultrapassamos todos eles e aqui estamos. E queremos, sobretudo, agradecer a paciência dos autores e autoras que confiaram a BJIR à publicação das suas pesquisas, mesmo diante de um longuíssimo processo editorial. Nosso muito obrigado!

O primeiro artigo dessa edição é “**US hegemony, economic statecraft, and the political economy of US power**”. Santa-Cruz demonstra como os Estados Unidos utilizam a política econômica como recurso de poder político, transformando-a em uma arma em favor da sua segurança e, principalmente à manutenção da sua hegemonia internacional. A demonstração empírica do argumento é revelada no relacionamento com a América Latina, especificamente na dimensão da política

¹ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998), Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001) e Doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2005). É Livre Docente em Teoria das Relações Internacionais pela UNESP (2012). Atualmente é professor de Relações Internacionais na Faculdade de Filosofia e Ciência/Unesp/Campus de Marília, pesquisador em Relações Internacionais do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais - Unesp, pesquisador do Instituto de Gestão Pública e Relações Internacionais (IGEPR) e Pesquisador da REDE DE PESQUISA EM POLÍTICA EXTERNA E REGIONALISMO (REPRI).

² Doutoranda em Ciência Política pela FFLCH-USP. Professora de Relações Internacionais do Centro Universitário Moura Lacerda - Ribeirão Preto/SP. Coeditora da *Brazilian Journal of International Relations* (BJIR). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas", UNESP, UNICAMP, PUC/SP. Graduada em Relações Internacionais pela FFC-Unesp/Marília. Fez parte da Equipe Editorial do Pontes - Informações e Análises sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável do International Centre of Trade and Sustainable Development (ICTSD). Pesquisadora do Instituto de Gestão Pública e Relações Internacionais (IGEPR); do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Cultura e Desenvolvimento (GEICD); da Equipe de Relações Internacionais do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC).

comercial pós-anos 1970. O trabalho chama a atenção para os desdobramentos desta dinâmica na administração Trump e os desafios impostos ao revigoramento da hegemonia estadunidense durante a administração Biden.

O segundo artigo intitulado **“Os caminhos da proteção diplomática e a jurisprudência da Corte Internacional de Justiça: Análise do caso Diallo (República da Guiné VS. República Democrática do Congo)”**, de André Ricci de Amorim, analisa a experiência do caso Diallo para verificar a efetividade da proteção diplomática dos estados nacionais na defesa dos seus cidadãos em outros países. A contribuição busca ainda demonstrar como a jurisprudência da Corte Internacional de Justiça alinha-se ao Projeto de Artigos sobre Proteção Diplomática, de 2006, para relacionar a efetividade da proteção diplomática aos direitos humanos.

O terceiro artigo tem como título **“A última tentação de Cristo: Apontamentos historicamente situados”**, de Lima Junior. O autor apresenta uma leitura do ataque de católicas ao filme **“A última tentação de Cristo”**, no Chile e em outros países católicos do mundo. Sugere um choque entre o suposto legado de Jesus Cristo e a construção Iluminista. E arremata demonstrando que a sentença pronunciada em 2001, na Corte Inter-Americana de Direitos Humanos, favorável a obra e seu diretor, privilegia a liberdade de expressão no plano do Direito Internacional dos Direitos Humanos em contexto de sociedades comprometidas com valores democráticos.

O quarto artigo é **“O colapso do petro-Estado venezuelano: Uma análise da era Maduro”**. Vitto, Jesus e Cardoso demonstram **“as especificidades políticas e econômicas que influenciaram o colapso do Petro-Estado venezuelano durante os governos de Nicolás Maduro na Venezuela”**. Para tanto, analisaram os indicadores econômicos e sociais vinculados à indústria do petróleo e sua repercussão geral sobre a evolução do processo político da Venezuela nos últimos anos. O trabalho foi eficaz na demonstração de que a deterioração socioeconômica do país está vinculada a decadência da produção petrolífera e dos erros da política econômica Venezuela desde Chaves. Entretanto, os drásticos resultados disso para a população não foram suficientes para solapar o regime. Pelo contrário, acabou acelerando um processo de **“autocratização”** no governo Nicolás Maduro sustentado em apoios internacionais que contribuíram à manutenção do *status quo* em prejuízo da institucionalidade democrática do país.

O quinto artigo que publicamos é **“On the intersection of international security, defense, and climate change in Latin America and the Caribbean”**, de Santos, Martins, Schneider,

Hochawart e Triani, demonstra como as mudanças climáticas tem produzido o agravamento dos desastres naturais ao ponto de tornarem-se uma ameaça crescente na agenda de defesa e segurança de dez países da América Latina e Caribe (ALC), entre eles Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Haiti, México, Peru e Venezuela. O artigo aposta que este fenômeno poderá agravar problemas da agenda de defesa e segurança na região, o que tem levado esses países a tratarem as questões relacionadas à mudança climática, desastres naturais e meio ambiente como assunto fundamental nos documentos oficiais nacionais na cúpula das suas respectivas forças armadas.

O sexto artigo chamado **“O complexo industrial-militar indiano: autonomia, dependência e o imperativo geopolítico”**, de autoria de Barcellos, faz uma análise sobre os avanços, o desenvolvimento e os problemas do complexo industrial-militar indiano. O autor sugere que o avanço da Índia em desenvolver armamentos no âmbito doméstico é um ativo estratégico, o qual, têm suas limitações na medida em que o projeto tem forte dependência da importação de equipamentos estrangeiros, comprometendo a autonomia pretendida por Nova Délhi.

O sétimo artigo é **“O genocídio de Ruanda e suas consequências na paz e segurança africana (1994-2020)”**. Otavio e Axelrod analisam como os impactos da tragédia do genocídio em Ruanda foram capazes de mobilizar atores relevantes no cenário africano que desencadearam a transformação da Organização da Unidade Africana (OUA) na União Africana (UA), tornando-a mais ativa e efetiva na tarefa de evitar novos casos como o ruandês naquele continente. Segundo os autores, este novo cenário mudou a arquitetura de paz e segurança na África, principalmente por incluir o princípio da não-indiferença no continente em relação as tragédias regionais, bem como facilitar a criação de diversas missões de paz com apoio das Nações Unidas, contribuindo assim para evitar novas carnificinas no continente.

Por fim, o oitavo artigo intitulado **“Carl Schmitt and the taking of the South China Sea”**. Neiva demonstra como a China estabeleceu uma série de ilhas sintéticas no cinturão do Mar da China Meridional, militarizou-as e passou a reivindicar a posse da região. A partir daí, ele utiliza Carl Schmitt para explicar as consequências dessa ação chinesa sobre o ordenamento jurídico internacional, à luz da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). O autor indica que este movimento chinês terá reação do lado dos Estados Unidos, estabelecendo assim uma relação de inimizade entre as duas principais potências globais contemporâneas, a qual pode conduzi-las à guerra.

O autor aposta que é desse conflito que emergirá, na lógica schmittiana, um novo ordenamento internacional e sua respectiva liderança sobre o mar e a terra.

Nesta perspectiva, esperamos que a leitura do volume 11, nº 2, da BJIR, seja útil aos leitores de um modo geral, especificamente aqueles profissionais atuantes na área de Relações Internacionais e Políticas Públicas.

Boa leitura!

Camilla Silva Geraldello e Marcelo Fernandes de Oliveira
Editores-Chefes

